

Capítulo 22 - DOI:10.55232/1084002022

**GEOGRAFIA DO VOTO E COMPETIÇÃO ELEITORAL NA
ELEIÇÃO DE 2014**

Martha Jares, Carlos Augusto da Silva Souza

RESUMO: O presente artigo filia-se à tradição de estudos sobre geografia eleitoral no Brasil, procurando investigar os padrões de competição eleitoral tendo por base empírica a votação dos deputados federais eleitos em 2014. O estudo procura responder se existem diferenças na relação entre os deputados e suas bases eleitorais quando analisado a relação entre votação e distribuição territorial do voto. Para efeito da pesquisa trabalhamos com a hipótese de que existem poucas diferenças na conformação das bases eleitorais por parte dos parlamentares quando levado em consideração uma comparação entre os estados e regiões brasileiras. O objetivo que norteou esta investigação parte da perspectiva que procura entender se existe (ou não) algum padrão de competição eleitoral predominante nas eleições legislativas brasileiras e avaliar similitudes e discrepâncias entre os estados e regiões brasileiras no que se refere ao formato competitivo que se processa na esfera eleitoral.

Palavras-chave: Geografia do voto. Padrão de competição eleitoral. Bases eleitorais.

INTRODUÇÃO

A democracia representativa se estabelece como o sistema de governo em que o corpo político deriva do consentimento e da escolha dos cidadãos considerados politicamente iguais. O processo de escolha pressupõe que a sociedade é composta por diferentes grupos, com interesses, preferências, valores e visões de mundo diferentes uns dos outros. Para serem eleitos e assumirem os postos de comando os representantes dos diferentes grupos precisam se submeter à aceitação de sua influência pela sociedade através do processo eleitoral.

Na esfera da representação legislativa, o sistema eleitoral brasileiro se estrutura no princípio da representação proporcional, que procura conferir aos partidos representação parlamentar equivalente à proporção de votos válidos, obtidos em dada circunscrição eleitoral. O objetivo desse sistema é permitir que todas as forças presentes na sociedade tenham acesso ao poder na proporção de votos que os eleitores lhes atribuir.

Como o Brasil adota o sistema federativo, a composição do poder legislativo federal, segue como critério de distribuição das cadeiras, o princípio da representação proporcional, que procura conferir representação aos entes federativos de acordo com o tamanho da população de cada Estado. Neste sistema, segundo a Constituição Federal, o número de representantes por estado seria distribuído proporcionalmente ao número de habitantes de cada unidade federada. Entretanto, essa proporcionalidade é limitada a um mínimo de oito e um máximo de setenta deputados por estado, portanto, os estados com maior número de eleitores elegem as maiores bancadas, até o limite de setenta e os estados com menores populações elegem bancadas menores, mais não podem ser inferior a oito deputados.

Dada as condições específicas apresentadas por cada unidade eleitoral, variáveis como custos de campanha, número de municípios, tamanho da população, tamanho do território, distância e tempo para deslocamento, formação de comitês, proximidade entre municípios, infraestrutura de acesso e outros ganham relevância significativa que podem definir a opção dos candidatos por estratégias diferenciadas na relação entre voto e território.

É nesta direção que este artigo se apresenta. Nele, pretende-se avaliar o padrão de competição política estabelecida nos estados brasileiros, a partir da análise da votação de todos os candidatos que disputaram a eleição de 2014 para a Câmara dos Deputados (excetuando-se o Distrito Federal), procurando evidenciar se existe (ou não) algum padrão de votação dos deputados em relação aos territórios (no caso os municípios) que compõem a geografia política dos estados brasileiros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A geografia Eleitoral na Ciência Política

Segundo Zavala (2012) os estudos sobre geografia eleitoral não são exatamente novos na esfera da pesquisa acadêmica. No início do século XX, através da pesquisa desenvolvida pelo sociólogo, historiador e geógrafo francês, André Siegfried, os estudos sobre a relação entre votação e território começaram a ser estabelecidos como forma de interpretar a representação e a força política dos partidos e candidatos na sua relação com o local de votação dos eleitores.

Em 1913 Siegfried desenvolveu o estudo intitulado “*Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*” em que estudou a distribuição da votação dos habitantes de quinze departamentos do oeste da França, durante a construção da Terceira República (1870-1940). Neste estudo Siegfried procurou interpretar os fatores que estabeleceriam a preferência dos franceses entre partidos a partir das características espaciais de determinadas regiões.

Ficou muito conhecida à época sua frase para diferenciar a votação entre duas regiões: "Os votos de granito são à direita e o de calcário à esquerda". Através desta frase Siegfried procurou explicar que a natureza do solo granítico presente no norte da região e a dispersão da população numa estrutura latifundiária, levava os moradores a se inclinarem em direção aos candidatos de direita, enquanto que o solo calcário presente no sul favoreceu a concentração da população em pequenas propriedades, o que levou a estabelecer preferências por candidatos e partidos mais a esquerda (ZAVALA: 2012).

Apesar de centrar seu estudo na questão ecológica, Siegfried também reconheceu que, além do solo e da geologia, outros fatores deveriam ser levados em consideração para entender as preferências dos eleitores por candidatos e partidos, entre eles destacou o papel da Igreja e das relações sociais (ZAVALA: 2012).

No intervalo das duas Grandes Guerras, os estudos sobre geografia eleitoral não tiveram grande desenvolvimento e só foram retomados a partir da década de 1960, com a valorização dos regimes democráticos liberais que se opunham à formação de regimes de orientação socialista que se desenvolviam na Europa e Ásia. Desta forma, cientistas Ingleses, procuraram estabelecer previsões sobre os resultados eleitorais para a formação do governo na Grã Bretanha e passaram a utilizar a técnica da distribuição geográfica do voto em distritos eleitorais, que se configura na técnica mais usada atualmente (ZAVALA; 2012).

A partir da década de 1980 os estudos sobre geografia eleitoral ganham status acadêmico e passam a se constituir como uma disciplina da Ciência Política e da Geografia

Humana. Segundo Johnston, Gregory e Smith (1987) citado por Zavala (2012) a geografia eleitoral se fortaleceu como resultado da revolução dos métodos quantitativos que asseguravam maior credibilidade para oferecer respostas aos fenômenos políticos.

Neste sentido, os estudos sobre geografia eleitoral passam a ser compreendidos a partir da procura por padrões espaciais de votação dos competidores. Como informa Zavala (2012), a geografia eleitoral passa a ser reconhecida como "o estudo que é orientado para conhecer os padrões espaciais da votação, em função do apoio dado aos partidos políticos pelo eleitorado e a relação dessa preferência com as características demográfica, socioeconômica e espacial".

A geografia eleitoral passa a utilizar técnicas geográficas para avaliar comportamentos, especificamente, o exame da interação onde as características geográficas de um território afetam as decisões políticas, e a estrutura geográfica do sistema eleitoral afeta os resultados eleitorais. O objetivo da análise era identificar e compreender os fatores determinantes e as características eleitorais dos territórios de forma abrangente e integradora.

Com o desenvolvimento dos estudos os pesquisadores passaram a buscar respostas para questões relativas não apenas as preferências atuais, mas, também focadas nas mudanças futuras do voto. Desta forma, as pesquisas começaram a indagar questões como: 1) Por que este eleitorado votou desta ou daquela maneira? 2) Por que tal candidato perdeu por tanta diferença, se na eleição anterior foi amplamente favorito? 3) qual a relação entre diferenças socioeconômicas presentes na população e o padrão de votação dos candidatos e partidos?

Nesta perspectiva, as pesquisas começam a abrir possibilidades de explicação das consequências, mas também das causas que determinam o comportamento do eleitor. Desta forma, as pesquisas sobre geografia eleitoral passaram a ser estabelecidas tanto para determinar as preferências dos eleitores quanto para orientar os partidos e candidatos em relação às estratégias de campanha, gastos eleitorais e propaganda política.

No caso desta pesquisa, a proposta pretende apenas investigar qual o tipo de relação que os parlamentares desenvolvem com os territórios onde potencialmente podem buscar votos, no caso os municípios. Desta forma, pretende-se investigar quais as estratégias que melhor explicam a votação dos parlamentares na esfera local, ou seja, os deputados eleitos no Brasil se elegem com votação concentrada territorialmente ou, ao contrário, elegem-se com votação dispersa territorialmente.

A Competição Eleitoral na Esfera Legislativa

O sistema eleitoral brasileiro para os cargos legislativos está estruturado de acordo com as determinações do sistema de representação proporcional, que procura conferir aos partidos representação parlamentar equivalente à proporção de votos válidos obtidos no estado a ser representado. O sistema proporcional apresenta como objetivo permitir que todas as forças presentes na sociedade tenham acesso ao poder na proporção de votos que a sociedade lhes atribuir¹. Por esta razão, o sistema proporcional produz intensa competição eleitoral entre partidos e candidatos.

Como resultado da adoção do sistema proporcional, associado ao sistema de lista aberta em distritos com elevada magnitude, as eleições brasileiras são marcadas pela presença de muitos candidatos e legislaturas multipartidárias, estabelecendo um dos sistemas mais competitivos do mundo. A elevada competição política no território levou a que alguns analistas associassem o sistema brasileiro a uma estrutura política que desconsidera os partidos e fortalece o caciquismo e a presença de candidatos individualistas e sem fidelidade partidária.

Segundo Souza (2006) o sistema proporcional adotado no Brasil não só produz intensa competição eleitoral no mesmo território, mas acaba por pulverizar os votos dos eleitores entre vários candidatos do mesmo partido. O voto personalizado faz com que os candidatos sejam compelidos a buscar todos os votos para si, desaparecendo, neste sentido, qualquer estímulo para uma ação mais solidária em favor do partido, o que resulta em estruturas partidárias desagregadas e lideranças não fiéis à identidade partidária.

Da mesma visão compartilha Silva (2013) ao informar que o sistema proporcional de lista aberta, adotado no Brasil em distritos multimembros, caminhou para a interpretação de que a competição dar-se-ia entre os candidatos de uma mesma lista, o que enfraqueceria os partidos políticos e, ao mesmo tempo, incentivaria os candidatos a concentrarem seus esforços espacialmente.

Do ponto de vista da relação eleição/território, este mecanismo de escolha tem sido alvo de intenso debate, dado ao fato de que a competição política para as Câmaras Legislativas em sua esfera Estadual e Federal segue como critério definidor da unidade eleitoral a divisão político-administrativa da federação brasileira, tendo nas fronteiras geográficas dos Estados a arena da disputa pelos votos. Como os estados brasileiros possuem características sociais,

¹ Existem várias fórmulas que procuram maximizar a proporcionalidade eleitoral. Muitos estudiosos, entretanto, afirmam que, na prática, uma perfeita proporcionalidade entre partidos dificilmente poderá ser alcançada.

econômicas e culturais bastante variadas, as estratégias de competição política seguida pelos partidos e pelos candidatos tende a assumir padrões bastante diversificados territorialmente.

Carvalho (2003), por exemplo, afirma que a influência da geografia eleitoral sobre o comportamento dos parlamentares é determinado pelas instituições eleitorais e legislativas. Desta forma, para o autor, não obstante a existência das mesmas regras eleitorais, o mercado de votos se estrutura de forma diferenciada, dependendo de um conjunto de fatores presentes em cada unidade geográfica particular, que torna cada território uma arena política com formato competitivo próprio, diferentes uma das outras na forma e no conteúdo da representação. Por outro lado, de acordo com o autor, a conformação geográfica das bases municipais dos candidatos responde em grande medida por suas ações e decisões políticas na esfera parlamentar.

Outro autor importante nos estudos da geografia eleitoral brasileira é Barry Ames, que em um estudo publicado em 2003 identificou que os deputados são guiados por quatro tipos de comportamento que se estabelece a partir do cruzamento de quatro indicadores – concentração do voto, dispersão do voto, dominância do reduto eleitoral e compartilhamento do reduto eleitoral. A partir disso o autor desenvolve um esquema cruzando as variáveis concentração/dispersão com a dominância/compartilhamento do candidato sobre o município.

Conforme Ames (2003) a dominância ocorre quando determinado deputado consegue controlar seu reduto eleitoral, tendo uma votação territorial bem elevada em relação aos outros principais competidores no mesmo território. Por outro lado, em sentido inverso, o deputado ao invés de dominar pode compartilhar esse território com outros concorrentes. Já a concentração ocorre quando o deputado concentra grandes quantidades de votos em poucos municípios e a dispersão ocorre quando o deputado precisa distribuir sua votação em muitos municípios para se eleger.

De qualquer forma, a maioria dos estudos sobre geografia eleitoral realizados por pesquisadores brasilianistas (Ames: 2003, Carvalho: 2003, Mairanwing: 2001) partem da suposição que no Brasil os parlamentares não têm bases sociais bem definidas. Por essa razão, competir por votos, também significa competir por espaço, o que confere elevado peso ao território na determinação da representação política.

A concentração eleitoral existente entre os deputados e os municípios levou Carvalho (2003) a reconhecer a existência de certo desvirtuamento na ideia de representação proporcional, presente nas regras que regulam a competição política no Brasil. Este desvirtuamento, segundo o autor, está relacionado ao fato de que os deputados deveriam representar não apenas determinados municípios, mas, todo o estado como membros de bancadas plurinominais. Se isso

não acontece, o sistema acaba realmente fortalecendo o caciquismo e a emergência de interesses localistas, deixando sem representantes parcelas significativas do eleitorado e do território.

Entre os estudos sobre geografia do voto a grande dificuldade é encontrar parâmetros metodológicos para medir se o sistema proporcional encontra um ambiente favorável para se desenvolver em um sistema político com intensas clivagens sociais como o brasileiro e qual o impacto que este sistema provoca na conformação das bases eleitorais dos candidatos eleitos. Assim, este estudo procurou responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual o padrão geográfico de votação dos deputados federais eleitos nos estados brasileiros em 2014?**

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Para efeito da construção de evidências os dados foram coletados no *site* do Tribunal Superior Eleitoral - TSE referentes à votação individual, por município, de todos os Deputados Federais eleitos no Brasil em 2014, excetuando-se os deputados eleitos pelo Distrito Federal que não fizeram parte da análise uma vez que este território não possui unidades municipais, o que não permitiria medir o padrão de votação territorial dos deputados eleitos por esta unidade federativa.

Para a avaliação do processo de concentração ou dispersão eleitoral procurou-se medir, a partir da votação individual dos parlamentares, se essa votação estava distribuída entre poucos ou muitos municípios. Na operacionalização dos dados foi utilizado um procedimento matemático, que procurou quantificar o padrão de votação dos deputados federais nos municípios que compõem a geografia política dos estados brasileiros em relação a totalidade de municípios.

Dentre os vários índices disponíveis, optou-se pelo índice *G*, desenvolvido na literatura política para avaliar os níveis de concentração e dispersão dos votos em dada eleição e em dado território. O índice *G* foi adaptado dos estudos econométricos desenvolvido inicialmente para avaliar o processo de concentração industrial nos Estados Unidos. Foi desenvolvido inicialmente por Glenn Ellison e Edward L. Glaeser e depois adaptado para os estudos que procuravam medir determinados processos de concentração, entre os quais a concentração e dispersão do voto.

O índice *G* parte da seguinte formulação matemática:

$$g = \sum_{i=1}^M (s_i - x_i)^2$$

Onde S_i representa, proporcionalmente, a participação de um estado na produção total de determinada indústria e X_i significa a participação dessa indústria no total da produção nacional. Entretanto, considerando que os diversos estados onde tal indústria se apresenta instalada possuem dimensões distintas, os autores chegaram à seguinte normalização:

$$G = \frac{g}{1 - \sum_i x_i^2}$$

Na análise da geografia eleitoral o índice G foi adaptado do estudo de Silva, Biderman e Avelino Filho (2009) que procuravam entender os níveis de concentração e dispersão dos votos na eleição para a Câmara dos Deputados realizada em São Paulo em 2002. Vale ressaltar que esta adaptação do índice G é um índice bruto que, segundo os autores, “mede concentração espacial bruta”, sendo utilizado para conhecer “apenas se o candidato tem votação espacial concentrada”. Entretanto, o índice possibilita medir o número de votos do candidato em função do tamanho do eleitorado na medida em que considera proporcionalmente, município a município, em função do total de votos desse candidato em todo o distrito.

O índice adaptado parte da seguinte formulação:

$$G_d = \frac{\sum_d (P_{dm} - P_m)^2}{1 - \sum_d P_m^2}$$

Onde P_{dm} significa a proporção dos votos obtidos pelo candidato d no município m e P_m a proporção dos votos do município m no total do distrito eleitoral. Para nossa análise, classificamos os números obtidos pelo índice G para cada distrito eleitoral nas eleições de 2014 para deputado federal em duas situações:

- 1) **DISPERSÃO DO VOTO:** G de 0,001 até 0,050
- 2) **CONCENTRAÇÃO DO VOTO:** G acima de 0,050 até 0,100

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Padrões Geográficos de competição eleitoral no Brasil na Eleição de 2014.

O Brasil é uma federação formada por 26 estados e um Distrito Federal. Apresenta uma enorme extensão territorial com uma área total de 8.514.876 km². O país está dividido em cinco regiões geográficas com características sociais, econômicas, demográficas, ecológicas e políticas bastante diversificadas. Os estados brasileiros possuem também características bastante diversificadas em termos de padrões de desenvolvimento socioeconômico, demográfico e político e, por esta razão, acredita-se que os padrões de competição eleitoral não são

homogêneos e os deputados desenvolvem estratégias diferenciadas na sua relação com a população eleitoral e com os territórios, no caso os municípios. O país possui 5.570 municípios que se constituem na unidade primária onde o jogo político acontece. Desde a Constituição de 1988 os municípios brasileiros foram elevados à condição de entes federativos e possuem autonomia tanto administrativa quanto política na produção de leis e impostos de interesse local.

Mapa 1 – Divisão político administrativa do Brasil. 2018



Fonte: IBGE/2018

Do ponto de vista eleitoral segundo os dados da eleição de 2014, o padrão que melhor explicou a relação dos deputados com o território foi o padrão de concentração dos votos que apareceu na pesquisa com 68,5% dos casos analisados. Indicando que por mais que os deputados busquem por votos em todos os municípios componentes da geografia política dos estados, a estratégia preferencial consiste em selecionar poucos municípios para realização de sua campanha e ações de conquistas do eleitorado local. Conquistar votos em muitos municípios diminui a relação custo benefício e torna a tarefa eleitoral muito mais dispendiosa e com retornos incertos em termos das chances de vitória.

Tabela 02 – Padrões geográficos de competição eleitoral no Brasil, 2014

Padrão de Votação	Frequência	Percentual
Concentrado	341	67,5
Disperso	164	32,5
TOTAL	505	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos entre as regiões brasileiras

A partir da desagregação dos dados foi possível identificar que o padrão concentrado se manteve como majoritário em todas as regiões do país, indicando a influência da concentração

dos votos nas eleições dos parlamentares. As regiões que apresentam os maiores indicadores de concentração do voto, entretanto, foram as regiões Sudeste, Norte e Sul com 74,9%, 73,8% e 63,6% respectivamente e as regiões com os menores indicadores de concentração foram as regiões centro-oeste e nordeste, com 51,5% e 57,6%.

Isto indica que por mais que a concentração do voto seja uma característica marcante da estratégia eleitoral dos deputados ela não segue um padrão uniforme em todas as regiões, pois, assume uma dimensão mais significativa em algumas regiões e menores em outras. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, por exemplo, encontramos um percentual bastante significativo de parlamentares que usa como estratégia de eleição a distribuição de votos entre muitos municípios.

Tabela 03 – Padrões geográficos de competição eleitoral nas regiões do Brasil, 2014

Regiões	Padrão		Concentração do voto		Dispersão do voto		T o t a l	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Norte	48	73,8	17	26,2	65	100,0		
Nordeste	87	57,6	64	42,4	151	100,0		
Centro-Oeste	17	51,5	16	48,5	33	100,0		
Sudeste	134	74,9	45	25,1	179	100,0		
Sul	49	63,6	28	36,4	77	100,0		
TOTAL	335	66,3	170	33,7	505	100,0		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Norte

A região norte do Brasil é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Apresenta-se como a maior região do país, concentrando cerca de 45% do território brasileiro. Segundo o Censo de 2010 (IBGE) o Norte é a segunda região com menor população do país com cerca de 15.865.678 habitantes, representando cerca de 8,3% do total populacional, dos quais 73,5% residem em áreas urbanas. Apesar de ser uma das regiões menos povoada, com uma densidade demográfica de 4,1 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE/2010), o crescimento demográfico desta região apresentou na última década (1990-2010) a maior média do país com cerca de 2,1% ao ano.

Tabela 04 – Região Norte segundo população, municípios e número de deputados, 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de eleitos
Acre	815.545	22	8
Amazonas	3.996.335	62	8
Amapá	781.713	16	8
Pará	8.261.031	144	17

Rondônia	1.786.220	52	8
Roraima	514.594	15	8
Tocantins	1.531.744	139	8
Região Norte	17.687.182	450	65

Fonte: IBGE/2010

Em relação aos padrões geográficos de competição política os dados demonstram que o padrão de concentração do voto predomina em quase todos os estados desta região com exceção do estado de Rondônia, onde houve um empate entre os dois padrões analisados.

Entre os estados, o Amazonas apresenta os mais altos percentuais de concentração territorial do voto com 87,5% dos casos analisados, enquanto que o Pará e Rondônia os mais altos percentuais de dispersão do voto. A explicação para a elevada concentração verificada no estado do Amazonas pode ser derivada da elevada concentração populacional na capital do estado, que responde por cerca de 52% da população total do estado do Amazonas.

Tabela 05 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Norte, 2014

Padrão Estados	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Acre	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Amazonas	7	87,5	1	12,5	8	100,0
Amapá	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Pará	9	52,9	8	47,1	17	100,0
Rondônia	4	50,0	4	50,0	8	100,0
Roraima	6	75,0	2	25,0	8	100,0
Tocantins	6	75,0	2	25,0	8	100,0
NORTE	48	73,8	17	26,2	65	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Nordeste

A região Nordeste é composta por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Sua extensão territorial é de 1.554.257,0 quilômetros quadrados, ocupando 18,2% da área total do país. De acordo com os dados do censo de 2010 esta região concentra cerca de 27,8% do total populacional com cerca de 73% morando em áreas urbanas. Sua densidade demográfica foi em média de 1,3% na última década.

Devido a presença de características sócio demográficas, físicas e ecológicas diferenciadas entre os estados, o Nordeste apresenta divisões administrativas internas que

impactam nas formas de competição eleitoral que se apresentam entre os municípios e os estados. Nesta região existem quatro sub-regiões: Meio-Norte, Zona da Mata, Agreste e Sertão. Os estados mais populosos são por ordem crescente Bahia, Pernambuco e Ceará e os com menores populações são Sergipe, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte.

O tamanho da população parece não impactar significativamente no número de municípios componentes dos territórios estaduais. Somente os estados da Bahia e Sergipe guardam alguma correspondência entre estas duas variáveis. No caso do estado da Bahia, este apresenta a maior população e também o maior número de municípios e Sergipe apresenta a menor população e o menor número de municípios. Nos outros casos esta relação precisa ser relativizada. Pernambuco, por exemplo, é o segundo estado em população mais o quinto na quantidade de municípios. O mesmo acontece com o Ceará que se constitui no terceiro em tamanho populacional mais o sexto no quantitativo de municípios. No lado oposto está o Piauí que detém o segundo menor contingente populacional da região, mas se apresenta com o segundo com maior quantidade de municípios.

Tabela 06 – Região Nordeste segundo população, municípios e número de deputados, 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de Deputados
Alagoas	3.357.494	102	9
Bahia	15.271.073	417	39
Ceará	8.964.526	184	22
Maranhão	6.945.547	217	18
Paraíba	3.995.541	223	12
Pernambuco	9.405.159	185	25
Piauí	3.212.374	224	10
Rio Grande do Norte	3.473.266	167	8
Sergipe	2.264.606	75	8
REGIÃO	56.889.586	1794	151

Fonte: IBGE/2010

Na geografia do voto existente na região nordeste os dados indicam que também predomina o padrão de concentração territorial do voto, com exceção dos estados de Pernambuco e Sergipe. Em Pernambuco os deputados que apresentaram um padrão de concentração territorial do voto foram ligeiramente inferiores ao padrão de dispersão do voto. Sergipe apresentou uma situação de empate entre os dois padrões considerados.

De qualquer forma os estados com o maior percentual de deputados que utilizam a estratégia de concentração territorial do voto foram Alagoas e Rio Grande do Norte que situaram nas escalas mais elevadas deste padrão.

Tabela 07 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Nordeste, 2014

Padrão Estados	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequênci	%	Frequênci	%	Frequênc	%
Alagoas	6	66,7	3	33,3	9	100,0
Bahia	20	51,2	19	48,7	39	100,0
Ceará	13	59,1	9	40,9	22	100,0
Maranhão	10	55,6	8	44,4	18	100,0
Paraíba	7	58,3	5	41,7	12	100,0
Pernambuco	11	44,0	14	56,0	25	100,0
Piauí	6	60,0	4	40,0	10	100,0
Rio Grande Norte	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Sergipe	4	50,0	4	50,0	8	100,0
NORDESTE	87	57,6	64	42,4	151	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste constitui-se como a segunda maior região do Brasil em superfície territorial com 1.554.257,0 quilômetros quadrados, ocupando 18,2% da área total do país. Apesar da grande área territorial, concentra a menor fração populacional do país com 7,3% e apenas três estados da Federação brasileira: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nesta região também está localizado o Distrito Federal, que sedia a capital do país e elege oito deputados para compor o poder legislativo federal. Como este território não possui municípios, ele não foi computado para efeito da definição da geografia eleitoral dos deputados, pois o mapeamento desta relação tem o município como elemento de análise.

O estado mais populoso da região é Goiás, seguido de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesta região percebe-se a existência de perfeita correspondência entre a população e o número de municípios, pois os estados mais populosos são também aqueles que possuem mais fragmentação territorial na perspectiva municipal.

Tabela 08 – Região Centro-Oeste segundo população, municípios e número de deputados, 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de Deputados
Goiás	6.690.173	246	17
Mato Grosso	3.302.041	141	8
Mato Grosso do Sul	2.680.759	79	8
CENTRO-OESTE	12.672.973	466	33

Fonte: IBGE/2010

Em relação ao padrão geográfico de votação dos parlamentares eleitos pelos estados componentes desta região percebe-se que não há predomínio de nenhum padrão

específico. Em Goiás a maioria dos parlamentares se elegeu com bases eleitorais dispersas territorialmente, Mato Grosso com bases eleitorais concentradas e Mato Grosso do Sul houve um empate entre os dois padrões considerados.

Tabela 09 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Centro-Oeste, 2014

Estados \ Padrão	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Goiás	8	47,1	9	52,9	17	100,0
Mato Grosso	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Mato Grosso do	4	50,0	4	50,0	8	100,0
CENTRO-	17	51,5	16	48,5	33	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Sudeste

A região Sudeste possui uma extensão territorial de 924.511,3 quilômetros quadrados, o que lhe dá a posição da segunda menor região do país em extensão territorial, ocupando cerca de 10,8% do território nacional. Possui a maior concentração populacional do território brasileiro, conforme contagem realizada em 2010 pelo IBGE, totalizando 80.364.410 habitantes, quantidade que corresponde a 42,1% do total nacional. É composta por quatro estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. É também a região mais desenvolvida economicamente, a que possui a maior densidade demográfica (87 habitantes por quilômetro quadrado) e o mais alto índice de urbanização, 92,1%.

Nesta região não se observa a correspondência entre tamanho da população e número de municípios. Apesar de São Paulo ter mais que o dobro da população de Minas Gerais tem menor número de unidades municipais (645 contra 853). Espírito Santo tem proporcionalmente mais municípios que Rio de Janeiro quando se observa a correspondência entre tamanho da população e quantitativo de municípios.

Tabela 10 – Região Sudeste segundo população, municípios e número de deputados. 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de Deputados
Espírito Santo	3.966.360	78	10
Minas Gerais	20.989.259	853	53
Rio de Janeiro	16.636.666	92	46
São Paulo	44.744.199	645	70
SUDESTE	86.336.484	1668	179

Fonte: IBGE/2010

Em relação às estratégias de competição eleitoral desenvolvida pelos parlamentares dos estados componentes desta região, os dados indicam que o padrão de concentração do voto

predominou em todos os estados com indicadores acima de 60% de predominância deste padrão. O Estado com maior concentração, entretanto, foi São Paulo com 85,7% dos deputados deste estado com votação concentrada, seguido por Minas Gerais, com 76,1%. Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentam padrões bastante semelhantes com 62,3% e 60,0% respectivamente.

Tabela 11 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Sudeste, 2014

Estados \ Padrão	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Espírito Santo	6	60,0	4	40,0	10	100,0
Minas Gerais	33	62,3	20	37,7	53	100,0
Rio de Janeiro	35	76,1	11	23,9	46	100,0
São Paulo	60	85,7	10	14,3	70	100,0
SUDESTE	134	74,9	45	25,1	179	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Sul

A Região Sul do Brasil apresenta-se como a menor região do país na dimensão territorial, com 576 774,31 km², o que corresponde a apenas 6,8% do território nacional. Possuía de acordo com o Censo de 2010 cerca de 27.384.815, o que equivale a 14,4% da população total do país. Em seu território estão alocados três estados brasileiros: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Seu povoamento contou com grande influência europeia devido à imigração no século XIX, principalmente de alemães e italianos. Apresenta densidade demográfica de 47,5 habitantes por quilômetro quadrado e crescimento demográfico de 1% ao ano.

Tabela 12 – Região Sul segundo população, municípios e número de deputados, 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de Deputados
Paraná	11.241.665	399	30
Rio Grande do Sul	11.290.773	497	31
Santa Catarina	6.882.793	295	16
SUL	29.415.231	1191	77

Fonte: IBGE/2010

Na avaliação da relação dos deputados com os municípios verificou-se que o padrão de votação concentrado respondeu pela maioria dos casos, sendo o padrão mais frequente no Paraná e Rio Grande do Sul, com proporções bem elevadas, acima de 60% dos casos. Em Santa Catarina, por outro lado, o padrão predominante foi o disperso que respondeu por 56,3% dos casos analisados.

Tabela 13 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Sul, 2014

Estados	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Paraná	21	70,0	9	30,0	30	100,0
Rio Grande do	21	67,7	10	32,3	31	100,0
Santa Catarina	7	43,7	9	56,3	16	100,0
SUL	49	63,6	28	36,4	77	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou como proposta de investigação a análise dos padrões de competição eleitoral desenvolvido no Brasil, tendo por base empírica a votação dos deputados federais eleitos em 2014. Procurou-se verificar a existência de algum padrão de competição política que explicasse a relação que se estabelece entre os deputados e os municípios.

Assim a pesquisa teve como ponto de partida o seguinte questionamento: existe algum padrão de votação dos deputados em relação aos municípios que compõem a geografia política dos estados brasileiros?.

Procurando responder este questionamento partimos da hipótese de que no Brasil, independentemente da região, os deputados desenvolvem estratégias de concentração territorial do voto. Isto indica que por mais que exista uma quantidade significativa de unidades municipais onde o parlamentar poderia buscar votos, na prática, porém, os parlamentares selecionam áreas territoriais estratégicas para fazerem campanhas, orientar recursos e garantir a fidelidade do eleitor municipal aos nomes de determinados candidatos.

O modelo de análise foi construído procurando medir, a partir da votação individual dos parlamentares, se essa votação estava distribuída entre poucos ou muitos municípios. Dentre os vários índices disponíveis, optou-se pelo índice *G*, desenvolvido na literatura política para avaliar os níveis de concentração e dispersão dos votos em dada eleição e em dado território.

Na determinação dos resultados a hipótese foi confirmada pois observou-se que existe efetivamente um padrão de competição que orienta as ações dos deputados na busca por votos. No Brasil o padrão de concentração dos votos foi o mais efetivo, pois explicou 68,5% dos casos analisados.

Na desagregação dos dados por região, verificou-se que o padrão de concentração territorial do voto ocorreu em todas as cinco regiões do país, mesmo que com mais intensidade em umas e menos em outras.

Da mesma forma, o padrão de concentração do voto foi dominante em quase todos os estados, com raras exceções. Das 26 unidades federativas, apenas nos estados de Pernambuco, Goiás e Santa Catarina o padrão de concentração do voto não foi majoritário na explicação da relação dos deputados com os municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BORGES, Arleth Santos. Conexão eleitoral e atuação parlamentar: representantes e bases eleitorais no Maranhão. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, Nelson Rojas de. E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, Nelson Rojas de. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 367-384, jul/dez. 2009.

CÂMARA. Cristiano Michel Oliveira. Padrões Geográficos De Competição Eleitoral No Brasil Em Eleições Legislativas Federais – 2006/2010. Belém: Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2011 (Dissertação de Mestrado).

CERVI, Emerson U. Voto, dinheiro e diferenças regionais nas eleições brasileiras: recursos financeiros e políticos para candidatos a deputado federal em 2010. 8º Encontro da ABCP. Gramado-RS, 2012.

DE DEUS, Cléber. Concentração e dispersão eleitoral em eleições parlamentares: um estudo das estratégias eleitorais no Estado do Piauí nos pleitos de 1994 e 1998. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999

MAINWARING, Scott P. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NEVES, Adriano Craveiro. Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí. Teresina, UFPI, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NICOLAU, Jairo M. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy (orgs.). Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

NICOLAU, Jairo César M. Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SAUGO, Josiana Fátima. Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006. Porto Alegre, UFRGS, 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Glauco P. da; BIDERMAN, Ciro e AVELINO FILHO, George. Indicadores para Avaliar o Comportamento Parlamentar como Resultante de Eleições. 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009. Caxambu, MG.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. Geografia eleitoral e padrões de competição política no estado do Pará. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006. Tese (Doutorado).

ZAVALA, Rita G. Balderas, Génesis de la geografía electoral. Revista Espacialidades. Revista de temas contemporâneos sobre lugares, política y cultura. Cidade do México, 2012.